

Uma outra face da violência

Another face of violence

Resumo

O controle racional dos impulsos e atos agressivos, tem sido considerado, desde o século XVIII, como um dos sinônimos da civilização. A história nos mostra que as manifestações de violência tiveram características peculiares em cada época, em que as formas mais bárbaras e cruéis conviviam com as suas formas mais sutis.

Estudos de diferentes áreas mostram que a violência que ocorre nos centros urbanos e no ambiente familiar é potencializada por vários fatores de ordem social como a pobreza, o desemprego, a exclusão social, o consumo e tráfico de drogas, o alcoolismo, as aglomerações urbanas etc.

Considerando as diferentes manifestações de violência, vemos que os seus motivos nem sempre são conscientes, havendo motivos de natureza inconsciente que podem esclarecer muitos atos humanos, ajudando a lançar luz sobre este assunto que reputamos ser de grande complexidade.

Palavras-chave: Violência, razão, inconsciente.

Abstract

Since the 18th century, rational control of impulses and aggressive acts, has been considered as one of the synonyms of civilization. History shows us that manifestations of violence have had peculiar characteristics in each age, in which the most barbaric and cruel forms coexisted with its more subtle forms.

Studies in different areas have shown that the violence occurring in urban centers and within the family circle has increasingly become a potential due to various factors of a social nature, such as poverty, unemployment, social exclusion, drug consumption or dealing, alcoholism, overcrowded conditions in big cities, etc.

Considering the different manifestations of violence, it is evident that the motives are not always conscious, and that there are motives of an unconscious nature that can explain many human acts, casting a light on this subject, which is considered to be one of great complexity.

Key- Words: Violence, reason, unconscious

***“O sono da razão
produz monstros”***

Goya – 1799

***“O que é isto que em
nós mente, mata e
rouba?”***

Georg Büchner – 1835

Catarina Maria Schmickler

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina; membro do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família da UFSC e Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP.

Introdução...

A expressão “violência”¹, atualmente muito veiculada pela mídia, em textos e debates acadêmicos, constitui um termo que, longe de projetar algo novo no horizonte das questões relativas ao homem, mostra-nos uma face conhecidamente perversa, que fere os seus direitos de cidadania e nos deixa perplexos frente a situações verdadeiramente bárbaras, tamanha a irracionalidade que a motiva.

O preço do que chamamos “moderno” é visível nas grandes cidades, em que um contraditório processo de urbanização segrega grande massa da população nos chamados “bolsões de miséria”, um trânsito caótico tira diariamente a vida de muitos cidadãos e as balas perdidas têm ceifado a vida de tantas outras.

Apesar de a violência sempre ter existido – prova disso é a forma como evoluiu a humanidade – os jornais hoje estão repletos de notícias sobre o assunto.

A violência de que é palco a *urbes* surpreende-nos e nos assusta a cada dia. Ela tem seu *locus* no espaço urbano mas também está presente nos lares e nas formas consideradas mais “sutis” como as humilhações, a exclusão social, os preconceitos, o desrespeito às minorias, o cerceamento das formas de expressão...

A violência de que somos sujeitos e objetos faz parte das nossas vidas como os comportamentos automatizados e os gestos mais simples. Não é sem motivo que o mundo, hoje, vive as conseqüências de um processo em que o uso indiscriminado do poder e o desrespeito à vida contribuem para montar um cenário de grandes injustiças, de desigualdade, de desrespeito às diferenças. O homem parece mesmo ser o lobo do homem.

Por que o homem é violento? Que motivações o levam a exceder

os limites? Em que circunstâncias a violência acontece? Quais são as determinações que levam o homem à violência? Notificar os casos de violência? Tornar públicas as ocorrências? Questões como essas estão na mesa de debates de profissionais de diferentes áreas como os sociólogos, psicólogos, psicanalistas, enfermeiros, médicos, advogados, educadores, assistentes sociais...

Achar respostas pertinentes para tais questões é algo que convida a pesquisar. Explicações que remetem à pobreza, ao consumo e tráfico de drogas, ao porte ilegal de armas, às aglomerações urbanas, às migrações desordenadas, ao alcoolismo, ao desemprego, à exclusão social etc. não satisfazem o estudioso mais detalhista, pois são “causas” coadjuvantes de um processo que certamente é mais complexo do que as explicações que trazem para a cena fatores que podem potencializar o processo, mas não são, necessariamente, os únicos determinantes.

Cada profissional, tendo como parâmetro os recortes da sua visão de mundo e das suas teorias, mostra um lado da questão que, somada às demais, vai clarificando as explicações e aprofundando o estudo. Certamente, abordar a violência sob um único prisma nos levará a enfrentar a questão com olhos míopes e ingênuos. Abrir novas perspectivas de investigação, acolher interpretações que mostrem uma face oculta, pouco investigada pelo Assistente Social, podem lançar uma nova luz sobre um assunto instigante.

O Assistente Social que atua na prática cotidiana com questões que envolvem situações de violência, quer a que ocorre nas ruas, quer a que se manifesta no meio familiar, sabe o quanto é difícil, complexa e desafiadora uma intervenção nesta seara. O auxílio de referenciais teórico-metodológicos próprios muitas vezes não é suficiente para uma ação que permita uma compreensão da situação, uma explicação do fe-

nômeno e uma atuação segura. Faz-se premente olhar com outros olhos, outros referenciais, acolher outras explicações que permitam complexificar o estudo, a pesquisa.

Assim, estudar a “violência”, compreendendo-a em suas determinações de ordem histórica e cultural, permite um percurso interessante e necessário para desmistificar uma questão que, embora pareça ser algo que os tempos “pós-modernos” nos trazem, mostra ser inerente à espécie humana.

Um pouco de história...

O perfil da violência que uma cultura permite ou veta é decorrente da época, das circunstâncias históricas, dos hábitos sociais a ela circunscritos.

Há muito que se sabe que o homem é um ser agressivo, sendo-lhe inato o sentimento de destruição. No século XIX, as teorias de Herbert Spencer e Charles Darwin² contribuíram para ratificar a idéia de combatividade do homem como necessária.

O subalterno que no ambiente de trabalho não eleva a voz para ninguém, em casa abusa da mulher e maltrata o seu cão. Por outro lado, atos agressivos são diferentes de sentimentos agressivos, os quais são, muitas vezes, inconscientes e se diluem na convivência social em decorrência do medo, das etiquetas, da prudência e de um forte superego. O que transborda, aparece atenuado como irritação, mau humor ou cara feia. “O impulso para a agressão muitas vezes se materializa, quando o faz, distorcido e disfarçado, reconhecível apenas por aqueles que estão alertas aos caminhos tortuosos da mente”. (GAY, 1995, p.13)

Muitas vezes é difícil determinar se um ato é destrutivo ou construtivo. O que o agredido sente como um golpe pode ser defendido pelo

agressor, com absoluta sinceridade, como de capital importância para a sua sobrevivência. O limite entre os impulsos construtivos e destrutivos é muito tênue e os mecanismos de defesa há muito estudados pelos psicanalistas mostram que a agressividade pode ser canalizada positivamente para atividades artísticas, por exemplo. Portanto os impulsos violentos, quando adequadamente sublimados, podem voltar-se para atos construtivos. Amor e ódio caminham de mãos dadas, o que evidencia a grande complexidade humana e desvela o “pano de fundo” de toda a civilização.

Os vitorianos³, ao longo do século XIX desenvolveram diferentes álibis⁴ para a agressão, os quais legitimavam suas ações com apropriadamente justificativas éticas, o que não impedia o cultivo do ódio, pois “ao mesmo tempo o estimulavam e continham, fornecendo argumentos respeitáveis para seu exercício e, simultaneamente, obrigando-o a fluir dentro de canais de aprovação cuidadosamente demarcados”. (GAY, 1995, p. 43)

Um exemplo emblemático e bastante ilustrativo é a violência fundamentada no chamado “culto da masculinidade” de que o *Mensur*⁵ é um exemplo bastante ilustrativo, pois é um exercício de agressão controlado por regras aceitas. Aliás, todos os momentos importantes e significativos da vida, como os ritos de passagem, os intercâmbios sociais, a escolha de um par, assim como as transações comerciais, eram regulados e sujeitos a rituais. As ofensas ou injúrias eram vingadas com duelos, linchamentos e ostracismos. A masculinidade era frequentemente exibida, reafirmada e procurada como prestígio, mesmo que para isso a vida fosse colocada em risco, a dor fosse o preço necessário e a desgraça uma ameaça sempre pairando no ar.

Havia, contudo, no século XIX campanhas para civilizar a masculi-

nidade, feitas pelos opositores das manifestações de crueldade dos duelos, a despeito da existência de fiéis defensores da virilidade, os quais eram favoráveis à agressividade, mesmo que isso significasse estar próximo do limiar do antiintelectualismo ou mesmo da barbárie. Tanto na família, como na escola, no trabalho, nas ruas, no exército ou nos tribunais a agressão, era punitiva⁶, embora muitas vezes não deixasse de ser também um álibi para vinganças e, conseqüentemente, justificativa para mais violência.

A punição, necessária para conter instintos exacerbados foi vital para a existência da civilização. Primeiro a vingança, depois a lei de talião: olho por olho, posteriormente o cristianismo e as idéias iluministas do século XVIII e, mais tarde, no século XIX um vislumbre de redução nas crueldades aceitas. O comportamento de uma sociedade em relação a quem a afronta passa a ser um termômetro do nível de civilização alcançado.

Apesar de, na época, os crimes provocados por embriaguez e vingança terem sido cometidos com mais frequência pelos pobres em relação aos mais afortunados, nas classes médias a violência familiar era cometida contra mulheres, mesmo quando estas estavam grávidas ou logo após o parto. Estupros, fornicação com menores e incestos não eram incomuns, assim como exigências irracionais com serviços domésticos.

A prevenção ao crime, ao invés da punição, passou a ser a única alternativa racional de garantir a ordem e preveni-lo. Se a punição fosse inevitável, a imputação da dor deveria ser a menor possível. Qualquer excesso passou a ser considerado tirania.

Os *philosophes* do século XVIII, como Montesquieu, Lessing, Helvétius, Voltaire, Rousseau, Kant e Bentham combateram energica-

mente contra os costumes assentados na manifestação da violência, na tentativa de conter o ódio em nome da razão.

O debate sobre a natureza humana foi uma das heranças do Iluminismo aos vitorianos do século XIX. Procuravam-se explicações racionais sobre uma questão crucial e muito presente: a vingança, comumente reivindicada como álibi para a agressão. Por outro lado, havia divergências em relação às implicações legais e psicológicas daquela manifestação humana. Em 1886 foi fundado *os Archivés d'anthropologie Criminelle* com a colaboração de médicos, juristas, professores de direito criminal e magistrados preocupados com as questões do estado mental do réu durante o ato criminoso⁷. No final do século XVIII, era comum alegar insanidade. Médicos eram chamados para atestá-la e, a partir de 1811, baseados num decreto napoleônico, os especialistas em psiquiatria tinham voz na determinação das responsabilidades criminais.

A aceitação da incapacidade emocional como defesa, ampliou as racionais regras M'Naghten, levando jurados a alegarem como inocente um assassino que, não desprovido de razão, em momentos críticos ficava entregue à sua agressividade. Apesar das críticas a esta conclusão, a sociedade tornou-se mais tolerante e mais inclinada a aceitar as conclusões da ciência.

Atualizados com as descobertas do funcionamento da mente, os progressistas acreditavam que a hereditariedade não tinha poderes absolutos e que a família, a escola, o trabalho, a sociedade também tinham o seu papel no destino dos homens e faziam inscrições na mente humana. Este particular teve lugar importante nas idéias que permeavam a época, sobretudo porque iam na contramão do criminalista italiano Cesare Lombroso⁸ que, em 1870, concluiu e revelou que a criminalidade é inata,

podendo ser reconhecida por características físicas. Seu determinismo biológico levava à conclusão de que os criminosos natos estavam além de qualquer ajuda.

Outro personagem a mencionar é o austríaco Hans Gross, promotor e professor de direito criminal que ganhou reputação profissional em 1883, quando publicou um livro⁹ que foi um manual, um repertório de especialidades que ia da química à balística e sobretudo à psicologia e onde procurou entrelaçar as ciências humanas ao estudo do crime e do castigo. Assim, a análise psicológica de desajustados e criminosos ganhou novo relevo.

Mas, apesar do apoio que a abolição da pena de morte foi ganhando entre pessoas com reputação respeitável, no final da era vitoriana a força e a guilhotina ainda eram usadas¹⁰. Os abolicionistas, preocupados com o número de inocentes executados por engano, alegavam que a pena capital era uma espécie de patologia social e pessoal.

O açoite era outra forma de punição da era vitoriana, ao mesmo tempo que outra forma patológica de expressão das necessidades agressivas. No ambiente familiar, era uma das formas recomendadas como inofensivas e indispensáveis para estabelecer ou restaurar a autoridade e para desviar os jovens das tendências perversas. Os argumentos de que “isso dói mais em mim do que em você” e que “a dor física, infligida por um professor de bom coração, era um ato de auto-sacrifício” (GAY, 1995, p.189) eram socialmente aceitáveis, embora Montaigne, já no século XVI, tivesse dito que, embora os meninos deveriam ser educados para serem fortes e vigorosos, isso não recomendava o uso do chicote.

A Áustria aboliu o castigo físico em 1848, mas, já em 1852, restaurou a pena para os reincidentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, mes-

mo com a gradativa diminuição dos castigos corporais, estes continuaram a acontecer sistematicamente no ambiente escolar e familiar. Alunos eram açoitados em decorrência de fugas, brigas, piadas, por beber cerveja, por resistência à autoridade, porque não conseguiam traduzir um trecho de grego, ou apenas porque o olhar era interpretado como suspeito. Os mais instruídos da época observavam que havia em muitos verdadeiro prazer em surrar, ao passo que em outros, receber açoites também tinha um ingrediente prazeroso, fato que os levou, em 1886, a designar tais comportamentos patológicos como sadismo e masoquismo¹¹.

O século XIX, herdeiro do Iluminismo, foi palco de muitas transformações de mentalidade da classe burguesa vitoriana. Aos poucos, as espadas também abriram espaço para os xingamentos, pois a fala podia ser um outro tipo de arma, que evidenciava por outros meios o poder da agressividade, além do que, permitia uma contra-agressão de outra natureza daquela historicamente conhecida. Foi-se percebendo não só o lado destrutivo da agressividade mas também uma perspectiva que ponderava as suas implicações positivas¹² e os aspectos da realidade psicológica e social.

O estímulo à prática do esporte fazia deste um equivalente moral para alguns conflitos, embora os antagonismos de classe não se enquadrassem nesta lógica, pois havia esportes tradicionalmente direcionados à classe burguesa como o tênis, o hipismo, o remo e o pólo. De qualquer forma, havia uma campanha voltada ao estabelecimento de regras¹³, que poderiam levar ao cultivo da agressão sem que se deixasse de lado os ganhos em esforço e energia.

O percurso evolutivo das manifestações aceitas de agressividade sofreu mutações ao longo do século

XIX, havendo algo que chama a atenção e se constitui como um pano de fundo neste panorama de profundas transformações da civilização ocidental: o chamamento da razão em face da brutalidade e da barbárie presentes em alguns comportamentos que beiravam o irracional e a consideração do componente psicológico presente no homem, que poderia esclarecer atitudes de crueldade¹⁴. A temperança, virtude que impõe a reflexão sobre o desejo, era convocada para a substituição de atitudes na vida social e familiar, contrapondo apetites primitivos com a luz lançada pela razão. Assim, o uso da palavra em vez do uso de punhais, as boas maneiras à mesa, a frequência a bibliotecas, concertos e museus e as regras de etiqueta, entre outros, moldavam um substrato em que o autodomínio se tornou um valor que refletia uma civilização que evoluía em decorrência do controle das paixões pelo uso da razão.

Como conseqüência, o cultivo de um bom caráter como quase uma terceira natureza do homem, ao lado do seu corpo e da sua alma, era extremamente valorizado, tornando-se um ideal entre os ideais burgueses. O caráter, sendo o desejo moldado, fruto da herança e das influências ambientais, tinha o autocontrole como elemento indispensável para a sua formação¹⁵. O homem só poderia ser totalmente livre se tivesse controle sobre os seus impulsos, o que o colocava num patamar superior ao do animal. Os livros de autoajuda faziam parte da literatura da época e mostravam que o homem poderia se reformular. Um nível maior de autoconsciência, marca da época, indicava que o homem com auto-conhecimento tinha maior controle sobre si e, conseqüentemente, maior disciplina.

Os desejos não contidos faziam vítimas, tornando-se a era vitoriana uma era das desordens nervosas ou mesmo das neuroses, as quais eram

geralmente diagnosticadas como neurastenia, sendo uma ameaça à saúde mental. Mas a vida moderna, com a superpopulação das cidades, a velocidade das comunicações e as restrições auto-impostas levavam a um estado de nervosismo que causava um grande mal-estar que os médicos procuravam curar¹⁶.

Freud, por volta de 1890, contribuiu com uma discriminação dos sofrimentos nervosos, colocando um pouco de ordem no quadro clínico das genericamente chamadas "neurastenias", o que só foi possível graças à sua pesquisa sobre a etiologia das neuroses. Mostrou também que a fronteira entre o normal e o neurótico é tênue e porosa, declarando que talvez todos sejamos neuróticos¹⁷.

A neurose, que não poupava ninguém, manifestava-se para mais além das classes sociais. Todos oscilavam entre a agressão construtiva e a realidade da agressão destrutiva. Os bons burgueses, para a conquista da natureza, o desfrute da cultura e a melhoria da humanidade, precisavam conter seus impulsos, moderar seus desejos e sublimar suas pulsões.

Para desenvolver uma cultura civilizada, em que fosse possível a convivência, era vital para a burguesia do século XIX racionalizar a agressão, sujeitando-se ao autocontrole e tendo em vista objetivos construtivos. O uso de uma arma, da força muscular ou da palavra ficava, pois, sob estrito controle. A civilização cobrava um preço bastante alto para garantir a sobrevivência e a conquista da natureza.

Mas, a despeito de todos os esforços da civilização para transformar e bem ordenar os impulsos agressivos do homem, vemos que o cenário de violência que assola o mundo tem crescido em escala geométrica, provocando um profundo mal-estar e um grande questionamento dos ideais iluministas do

século XVIII, de cujo uso e fruto deveríamos hoje gozar: a autonomia, a liberdade... A razão deveria ter sobrevivido à barbárie...

O mal-estar na civilização...

Hoje, no apagar das luzes do século XX, o mundo se defronta com uma série de incertezas, sustos e perplexidades quanto ao que vislumbramos como o futuro da humanidade.

O mundo moderno, e no dizer de muitos, pós-moderno¹⁸, tem-nos surpreendido com gritantes contradições, num cenário que mostra as frustrações de um projeto que prometia um mundo novo. Que mundo novo foi idealizado tempos atrás?

A Grécia dos séculos 3 à 2 aC, ponto de emersão do projeto iluminista¹⁹, testemunhou a emergência do ideal da liberdade fundada na autonomia do homem, a qual se embasava no conhecimento. Este, que não era um conhecimento qualquer, mas o conhecimento racional, evoluiu da filosofia até a fundação da ciência moderna no Renascimento, tendo como matriz a física.

A tensa bidimensionalidade da razão moderna: a *razão emancipatória*, libertadora, e a *razão instrumental*, manipuladora, que tem como pano de fundo a relação da filosofia com a ciência moderna, é cenário da destruição da feudalidade pela burguesia revolucionária, a qual instaura uma socialidade nova, asentada no modo de produção capitalista que tem como característica uma generalizada e universalizante instrumentalização e só se mantém através dela, pois tudo é meio, instrumento para a valorização e acumulação do capital. Tudo é mediatizado pelo dinheiro. Nesse contexto é muito complexa a incorporação da razão emancipatória pela burguesia. Esta abre mão de seus ideais, redimensionando-os em favor

de seus interesses. Assim, só incorpora do projeto Ilustrado a dimensão instrumental.

A ciência moderna afasta-se cada vez mais da elaboração filosófica que conservava a dimensão emancipadora e fundar-se-á a si mesma buscando filosofias específicas²⁰. Há, pois, uma cientificização do pensamento na ótica da instrumentalização.

A ordem burguesa que instrumentaliza tudo: a natureza, assim como os homens, conflita seus interesses com o seu ideário, ou seja, com as dimensões emancipadoras do projeto da modernidade, descomprometendo-se com este projeto. A ciência passa a ser compreendida como a possibilitadora de respostas para os problemas do homem e, quem sabe, para a sua ânsia de ser feliz. Este é o panorama a partir da segunda metade do século XIX.

Olhando para trás, vemos que a história das civilizações, sobretudo no mundo ocidental, testemunha uma grande mudança de costumes, modos de vida, valores morais e éticos que foram se desenhando ao longo dos tempos e tiveram como pano de fundo as lutas do homem para o domínio da natureza, a crítica da religião, a experiência dessacralizante fruto da defesa da razão, os embates ideológicos e o crescente desenvolvimento da ciência.

O movimento de descristianização, no bojo de uma revolução de ideologia anti-religiosa dos filósofos do século XVIII, rechaça os heróis deificados e entroniza a razão que se opunha a todo universo religioso da época. A defesa intransigente da razão estende-se do domínio da filosofia à ciência, para a qual a hipótese da existência de Deus, por não ser verificável empiricamente, é totalmente desprovida de sentido.

A razão, valor primeiro do Iluminismo como projeto civilizatório da modernidade, projeta-se nos ideais da universalidade, individuali-

dade e autonomia com a proposta da quebra de barreiras entre os indivíduos, a atribuição de valor ético à sua crescente individualização e o pensar autônomo, sem a tutela da religião ou da ideologia.

O que vemos, contudo, neste final de século? O universalismo solapado pelo evolucionismo, pelo racismo, pela xenofobia e a crescente proliferação dos particularismos; a individualidade, obscurecida no anonimato do conformismo e da sociedade de consumo e a autonomia aviltada pelo reencantamento do mundo em que os duendes, os mapas astrais, as cartas de tarot, os cristais, liberam o homem do privilégio da modernidade: o de pensar e agir por si mesmo.

A recusa dos princípios e valores civilizatórios da modernidade mostra que não é paradoxal que neste final de século ainda testemunhemos guerras, catástrofes, violências em diferentes matizes, que fazem parte do nosso cotidiano, e vemos com espanto, a sua banalização e naturalização. É a razão cedendo lugar para a barbárie.

A civilização teria então fracassado? Teria o homem frustrado o seu intuito de dominar racionalmente a natureza e de operar uma relação racional com outros homens? Essa era a promessa!

Ao contrário, parece que a razão foi utilizada exacerbadamente, pois nada é mais racional do que a exploração do mundo atômico, nada é mais racional do que a experimentação acerca da fissão nuclear. E as pesquisas com o código genético humano? E a poluição dos nossos já escassos recursos hídricos? E o buraco na camada de ozônio? E Iroshima e Nagasaki? Existe algo mais racional do que a tecnologia, a robótica e a informática?

Lamentavelmente as criações humanas para a conquista da natureza e para a produção de riquezas, muitas vezes, não resistem aos im-

pulsos hostis dos homens, e a ciência e a tecnologia que as construíram também podem ser utilizadas para a sua aniquilação (FREUD, 1996a, p.6).

A verdade é que o avanço da ciência, com toda a sua racionalidade, não nos tornou mais felizes.

Afinal, o que o homem fez com a autonomia e com a liberdade defendidas com as lutas da luz contra as trevas? A deusa Razão, entronizada como testemunho do desiderato da Revolução Francesa²¹, estaria sucumbindo ante o irracional, as visões fragmentadas, ao fugidio e ao efêmero?

Antes que uma visão ingênua de um lado, enalteça o racionalismo como uma resposta certa para todos os problemas do homem moderno ou, por outro lado, defenda o irracionalismo como justificativa em face da falência das visões totalizadoras para a compreensão do mundo neste final de século, é pertinente não perder de vista que, muito mais do que uma derrota da razão na equação das questões aqui colocadas, está em pauta um jogo de interesses político-econômicos num espaço histórico-social concreto. O uso da energia nuclear para curar pessoas, para iluminar casas ou para fins bélicos não é decidido pela razão, mas é resultado do interesse das grandes corporações transnacionais. O problema não está na racionalidade, está na ordem social.

Haveria aí um caminho do meio? Talvez a questão não esteja no meio termo, mas sim em lançar um olhar para um foco outro, que evidencie os labirintos e os meandros que permeiam as questões da razão, desmistificando-a.

Freud bem diz que, embora a humanidade tenha realizado avanços no controle sobre a natureza, não é possível visualizar progresso semelhante no trato dos assuntos humanos, pois estão presentes no homem tendências destrutivas, anti-sociais e

anti-culturais suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana. (FREUD, 1996b, p.7)

Com este argumento, Freud vai além das interpretações em curso sobre a civilização, as quais apontavam para o controle da natureza, com o intuito de adquirir riqueza, e a sua adequada distribuição, para eliminar os perigos que a ameaçam. A ênfase desloca-se para o fato psicológico como sendo de importância decisiva para o seu julgamento sobre a civilização humana. Assim, é alterada a ênfase do material para o mental, do econômico para o psicológico.

Isso significa que somos todos violentos? Ou a violência é resquício da barbárie que julgamos remota e que só corre nas veias de uma camada da população excluída, que os preconceitos associam com o baixo nível de escolaridade, a cor negra, a miséria? Não há dúvida que as classes sub-privilegiadas invejem os privilégios de outras classes e os descontentamentos levem ao aumento da hostilidade contra a cultura de cuja riqueza não podem usufruir.

A pulsão, inerente ao homem, "é uma luta obstinada, contínua e inexorável que o leva a procurar paz e repouso, não importa por qual meio, sob qualquer forma..." (RECHARDT, 1988, p.48). Não tem, pois, a finalidade de obter prazer, mas de reencontrar o estado de apaziguamento anterior.

É claro que frustrações de várias ordens dominam o campo dos relacionamentos sociais entre os homens, provocando a hostilidade contra a qual todas as civilizações têm que lutar. Seria primário, contudo, pensar que só uma classe ou segmento da população é violento. Há aí algo que merece ser elucidado.

Será que é possível amar o próximo como a nós mesmos? O que faz o sujeito com a quota de agressividade que lhe é inerente? O

próximo não é só um ajudante em potencial ou um objeto sexual, mas também alguém através de quem se tenta satisfazer a agressividade, explorar a sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo, seja como fruto de alguma provocação ou a serviço de algum intuito. (FREUD, 1996c, p.108)

É possível, pois, pensar somente em termos racionais, quando estamos frente a questões que envolvem a violência? Como não matar o próximo que se odeia?

Parece que pelas vias da razão não é possível chegar a uma resposta sem que ela pareça descabida ou paradoxal. A razão se defronta aqui com um limite intransponível, em que concluir pelo inexplicável é a única explicação.

O próprio Freud, cuja obra foi iniciada no século XIX, teve, algumas vezes, expectativas de obter o reconhecimento da ciência. Mas, procurar explicações causais para o aparentemente irracional, absurdo e sem sentido, não leva uma pesquisa a bom termo pois só há causalidade estrutural do desejo.

O que Freud descobriu é que há um outro sujeito por detrás do que é racional e consciente: o sujeito do inconsciente, que opera com uma outra lógica, que é submetido a outras leis que não as da razão. Um sujeito em quem encontramos contradições que são apenas aparentes; e seus sonhos, chistes, atos falhos e sintomas são prenes de significado e podem ser explicados a partir da sua história.

A verdade do inconsciente não pode ser encontrada pela ciência positiva, porque é um sem-sentido, é um indizível que só pode ser detectado pela inferência. É a presença de uma ausência.

Esta descoberta permite a Freud, um contemporâneo da idade moderna, operar uma inflexão do conceito de razão, uma vez que comprova que “el yo no es el amo en su propia casa” (FREUD: 1996, p.135) e que a autonomia e a independência da razão são uma ilusão.

Sua descoberta tem, no âmbito dos estudos relativos ao homem, o valor de uma revolução copernicana.

A ferida narcísica operada a partir da descoberta do descentramento do sujeito desnuda a pretensa superioridade do homem moderno. Queiramos ou não, o homem é sujeito pelo inconsciente e, querendo ou não, ele paga por este destino inexorável.

Há comportamentos e atitudes que fogem à sua razão e desobrigam a consciência de uma pretensa responsabilidade. Por mais enigmáticas, incompreensíveis, constrangedoras e indesejáveis que sejam as experiências subjetivas de um sujeito, ele está irremediavelmente nelas implicado e é por elas eticamente responsável.

Freud mostra que não é o controle da natureza que vai dar ao homem o consolo em face do seu desamparo, tampouco é possível uma civilização de obsessivos para garantir a ordem e a boa convivência social.

Os monstros, que no dizer de Goya são produzidos pelo sono da razão, também o são quando a razão está desperta, porque um inconsciente selvagem está sempre procurando o momento mais oportuno para se manifestar, mesmo que a razão não o queira.

Estamos, portanto, largados à nossa própria sorte e é irremediável o nosso desamparo!

Considerações finais...

A história da violência retratada aqui mostra que, a despeito de todas as diferenças de raça, etnia, religião, escolaridade e nível social, o homem sempre conviveu com o controle ou não de seus impulsos agressivos. O “que em nós mente, mata e rouba”, como dizia Georg Büchner, no século XIX, não é, entretanto, fruto do sobrenatural mas, com certeza, algo encarnado e muito próprio do homem. A vida com o seu semelhante, o qual também tem suas idiossincrasias, pulsões e desejos, trouxe desdobramentos peculiares para cada época histórica, moldando e dando contornos próprios aos diversos momentos da civilização.

O recurso à história tem-nos mostrado que o avanço da ciência e da tecnologia, embora tenha trazido imensos benefícios ao homem, melhorando a sua qualidade de vida e longevidade, não tem sido suficiente para garantir a sua felicidade. O projeto iluminista que procurava o controle da natureza como um dos caminhos para dar liberdade e autonomia ao homem, tem-se defrontado ao longo dos séculos com o narcisismo, o egoísmo, o orgulho, a ganância, a competitividade, a sede de poder dos chamados “animais racionais”. A razão, lamentavelmente, não é garantia para os bons propósitos, assim como tem falhado no controle efetivo da agressividade.

Há que se reconhecer que o homem fez alguns progressos ao longo do tempo, desviando parte das agressões físicas para formas mais sutis de violência, embora igualmente ou até mais destruidoras, porque provocam ressonâncias de outra ordem. Séculos atrás, as manifestações eram explícitas e impossíveis de escamotear, pois eram visíveis, deixando as suas marcas expostas. A repressão, contudo, não tem sido suficiente para aplacar os impulsos e pulsões. O que vemos, muitas vezes, é um “refinamento” das formas

de manifestação da agressividade, em que a razão é usada não para refreá-la, mas para elaborar uma lógica, muitas vezes sofista, que vai escamotear as intenções ocultas e garantir uma justificativa arquitetada para defender as ações e os gestos menos nobres.

Do extremo das situações de guerra, em que o amor ao próprio país justifica o ódio ao inimigo, justapondo a libido e a agressão, até a morte do inimigo através de palavras, mesmo que as trincheiras estejam a quilômetros de distância, vemos um desvelar de motivos para a agressão que nem sempre são da ordem do consciente. Há motivos de natureza inconsciente que podem esclarecer muitos atos humanos. Essa conclusão, que só é possível com os recursos dos aportes psicanalíticos, em momento algum pode levar a concluir que os crimes e toda sorte de violências são, por si só, justificáveis porque o ser humano é um misto de consciente e inconsciente. Há aí uma questão que, antes de tudo, envolve dimensões éticas inquestionáveis, e que está sujeita às determinações de ordem jurídico-sociais próprias de cada tempo, cultura e do momento civilizatório vivido. Freud, conhecido por seu extremo senso crítico, em momento algum insinuou que alguém devesse ter a liberdade interior transformada em licença para condutas agressivas sem inibições.

A inequívoca complexidade do homem nos mostra, a cada momento, quão grandes são os paradoxos e as ambigüidades que o envolvem. Ao longo destes últimos séculos, pode ser observado o inquestionável esforço pela garantia da civilização, embora, por vezes, vejamos uma hipertrofia da violência catalisada por diferentes razões de ordem social. No entanto, "considerando a natureza problemática do ego humano, sempre ameaçado por uma guerra civil interna, teria sido utópico esperar mais". (GAY, 1995, p.528)

Referências bibliográficas

- BEZERRA JUNIOR, Benilton. Descenramento e sujeito-versões da revolução copernicana de Freud. in: COSTA, Jurandir Freire (org). *Redescrições da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.119-167.
- BRAZIL, Horus Vital. Ambição e paixão pelo poder, In: NOLASCO, Socrates (org). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- FREUD, Sigmund. El porvenir de una ilusión. In: *Sigmund Freud. Obras Completas*. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1996a, v.21, p.1-55.
- _____. El malestar en la cultura. In: *Sigmund Freud. Obras Completas*. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1996b, v.21, p.57-140.
- _____. Una dificultad del psicoanálisis. In: *Sigmund Freud. Obras Completas*. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1996c. v.17, p.125-135.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. Sergio Goes de Paula e Viviane de Lamare Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GELLNER, Ernest. *Razão e Cultura*. Papel histórico da racionalidade e do racionalismo. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed., São Paulo: Loyola, 1996.
- JAPIASSU, Hilton. *A crise da razão e do saber objetivo*. As ondas do irracional. São Paulo: Letras & Letras, 1996.
- KOSOVSKI, Ester (org). *Vitimologia*. Enfoque interdisciplinar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE VITIMOLOGIA, 7., Rio de Janeiro, 1991. *Relatório Geral*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Vitimologia / World Society of
- Victimology / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ago. 1991.
- LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno explicado às crianças*. Trad. Tereza Coelho. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. Trad. Cristina M.V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais / Vértice, 1987.
- RECHARDT, Eero. Os destinos da pulsão de morte. In: YORKE et al. *A pulsão de morte*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1988.
- ROUANET, Sergio Paulo. A Deusa Razão. In: NOVAES, Adauto (org). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. p.285-299.
- _____. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TEIXEIRA, João Gabriel L. C. *A teoria da sociedade em Freud*. São Paulo: EPU, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Notas:

- 1 Outras palavras como "agressão", "maus-tratos", "agressividade" são significantes que expressam as mesmas idéias que o termo "violência" quer traduzir. Ao longo do tempo, os significantes vão mudando, embora haja poucas alterações no seu significado. O fenômeno vai apenas se atualizando e moldando os contornos em face de determinações históricas, culturais, sociais etc.
- 2 Darwin publicou a *Origem das Espécies* em 1859 que põe por terra a visão criacionista da vida. É importante considerar os desdobramentos da teoria da "sobrevivência dos mais fortes". Para Spencer, vale lembrar que a sociedade era um organismo, uma rede integrada de instituições em perpétuo movimento na direção de uma diferenciação sem-

- pre maior e o agente que levava à mudança era a seleção natural, que garantia a sobrevivência do mais apto.
- 3 O reinado da Rainha Vitória deu-se no período 1837-1901.
 - 4 Para aprofundar o assunto e pesquisar com maior detalhamento sobre o cultivo do ódio, consultar a obra de Peter Gay já referenciada neste artigo.
 - 5 O *Mensur* era um duelo praticado por fraternidades de jovens estudantes alemães, sobretudo no século XIX, em que a luta era uma manifestação inequívoca do prazer que se poderia obter com os atos agressivos, além de ser considerado extremamente útil na construção do caráter, pois ensinava os jovens a terem frieza e coragem. A consequência dos duelos eram feias cicatrizes no rosto dos duelistas, as quais eram sinônimo de orgulho, honra, coragem e masculinidade. Entrar num duelo tinha um objetivo claro: sair da universidade com tantas cicatrizes quanto possível. Não só na Alemanha, mas em outros países, como a França e os Estados Unidos, também havia duelos.
 - 6 Importa salientar que, a despeito dos opositores das manifestações de vingança, alguns pensadores como James Fitzjames Stephen, Moreau-Christophe, entre outros, defendiam a retribuição como essencial. Kant, embora tenha proposto um plano para a paz mundial, era vigorosamente favorável à retribuição, certamente assentado nos princípios da sua doutrina moral categórica.
 - 7 Os juízes ingleses baseavam-se nas polêmicas regras M'Naghten, as quais criaram uma jurisprudência moderna acerca da natureza humana inicialmente proposta por Platão: a mente era vista como um sistema vulnerável de paixões sujeitas a controles racionais que muitas vezes se desfaziam, possibilitando que impulsos destrutivos governassem o comportamento. Estas regras definiam a insanidade como a incapacidade de distinguir o certo do errado, levando à perda da razão.
 - 8 Lombroso, fiel aos seus compromissos científicos teve defensores como Havelock Ellis e Hippolyte Taine mas também fervorosos opositores como o sociólogo Émile Durkheim, o psicólogo social Gabriel Tarde e o psiquiatra alemão Paul Näcke.
 - 9 Trata-se do *Handbuch für Untersuchungsrichter*.
 - 10 Em 1874, por exemplo, a Suíça aboliu a pena capital mas, em razão de um surto de assassinatos e de protestos, ela foi reintroduzida em sete dos vinte e dois cantões do país. A Romênia e a Venezuela aboliram a pena de morte em 1864; Portugal em 1867; os Países Baixos em 1870 e a Itália em 1880.
 - 11 Os termos *sadismo* e *masoquismo* são invocados em nome de dois escritores: o marquês de Sade e Leopold von Sacher-Masoch respectivamente, conhecidos por seus comportamentos característicos. Para aprofundar o assunto consultar o trabalho de 1905 de Freud "*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*", volume VII das "Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud," publicado no Brasil pela Imago Editora, em que o autor discorre sobre diferentes aberrações sexuais, incluindo as patologias citadas.
 - 12 Embora o termo *agressão* tenha a conotação de uma força destrutiva, pode também ser vista como uma força necessária para a ação, para a defesa de uma causa, ou o desempenho competente de uma tarefa. Uma agressão disciplinada e determinada transforma e faz história. Um raciocínio que aponta para outra direção, reflete sobre a violência "construtiva", como uma expressão da fundação *social* em oposição à violência "destrutiva" que seria uma manifestação da afirmação *individual*. Para aprofundar este último aspecto mencionado, consultar a obra "*Dinâmica da violência*" de Michel Maffesoli, referenciada na bibliografia.
 - 13 O boxe pode ser citado como um exemplo. Cultivado desde o Século XVIII, a partir de 1740 não pode mais ser realizado sem a obediência a algumas regras que vetavam os chutes no adversário, bater quando este estivesse caído ou desferir golpes abaixo da cintura. Ao longo do tempo, as regras foram revisadas e, a partir de 1866, foram adotadas amplamente.
 - 14 É importante lembrar que Freud (1856 - 1939), nascido na segunda metade do século, foi sujeito desta época histórica. É neste caldo cultural que o "Pai da Psicanálise" desenvolveu seus estudos sobre o funcionamento da mente humana.
 - 15 Entendia-se que o ser humano era agressivo e egoísta por natureza, sendo a beleza moral apenas uma promessa que a educação poderia produzir através do autocontrole e, assim, suprimir as suas inclinações perversas. Conseqüentemente, os prazeres não deveriam ter lugar privilegiado na vida das crianças para que a educação atingisse os objetivos de formação do caráter. A repressão, pois, era de capital importância para a civilização. Freud, já no final da sua extensa obra, fala sobre a coerção e a repressão das pulsões como ingredientes fundamentais da civilização. É interessante a leitura de "*O futuro de uma ilusão*" (1927) e "*Mal estar na civilização*" (1930) no volume XXI das suas Obras Psicológicas Completas... da Imago Editora.
 - 16 A experiência psicanalítica de Freud deixa inequívoca a influência da própria pessoa, da sua família, da classe a que pertencia, do gênero, e da filiação religiosa na gênese das neuroses. A cultura urbana e industrial, a convivência e o confronto com o desejo de outros semelhantes não tornava a vida nada fácil. O preço da modernidade era uma geração de homens e mulheres extremamente nervosa. Freud, contudo, foi mais além dos diagnósticos médicos, que atribuíam os sintomas às causas sociais e urbanas, pois descobriu a origem das neuroses em questões que envolviam a sexualidade.
 - 17 volume III (1893-1899) das Obras Psicológicas Completas... Freud apresenta vários trabalhos sobre a etiologia das neuroses, incluindo aí um trabalho sobre a neurastenia como uma neurose de angústia.
 - 18 Não há consenso a respeito do fim da modernidade. Embora haja um chamado movimento pós-moderno que se manifesta por uma rejeição às metanarrativas, há também, por

outro lado, acirrados críticos das visões fragmentadas, ao fugidio e ao efêmero, características da pós-modernidade. Vale lembrar que para Habermas “a modernidade ainda tem promessas a cumprir”. Há uma extensa bibliografia a respeito desta polêmica, sendo importante as leituras das obras de David Harvey e Alain Touraine citadas na bibliografia deste artigo. O livro de Jean-François Lyotard: “**O pós-moderno explicado às crianças**” é outra fonte crítica sobre o assunto, embora, ao contrário do que o título possa transmitir, exija do leitor uma boa leitura e familiaridade com a temática.

- 19 O Iluminismo, reconhecidamente característico do século XVIII, é um projeto de natureza trans-histórica que, na verdade, atravessa épocas históricas distintas e tem características específicas que se concretizaram segundo os períodos determinados.
- 20 A fundação do conhecimento racional coube à filosofia enquanto reflexão radical sobre o ser. Para os gregos, o conhecimento racional era a filosofia, a qual era uma grande cosmovisão que continha o que depois se automatiza dela como as ciências da natureza. As ciências foram o marco da ordem burguesa e passaram a empreender a sua auto-fundação, buscando não mais a reflexão filosófica mais ampla mas a filosofia da ciência e, no interior desta, filosofias específicas.
- 21 Nesta passagem referimo-nos às festas da razão. A primeira foi realizada em Paris em 10/08/1793 na praça da Bastilha onde foi erguida uma estátua da deusa Razão. A segunda, em 10/11/1793, foi realizada na Catedral de Notre-Dame, rebatizada de Templo da Razão e protagonizada por uma atriz vestida de branco e um manto azul: a deusa Razão. Um coro cantava o “Hino à Liberdade”. Este culto foi implantado em outras igrejas de Paris e depois foi difundido por toda a França. Em relação ao assunto é importante ler o interessante trabalho de Sergio Paulo Rouanet, “*A Deusa Razão*”, citado na bibliografia.

Endereço – Autora

Rua: Doutor Agostinho Sielski, nº 56

Bairro: Jardim Santa Mônica

CEP: 88035-320

Florianópolis/SC

E-Mail: catarina@mbox1.com.br